

MÁRTIRES DE MARROCOS
NOS 800 ANOS
DO SEU MARTÍRIO

HISTÓRIA, ESPIRITUALIDADE
E MATERIALIDADE

Título

Mártires de Marrocos nos 800 anos do seu Martírio.
História, Espiritualidade e Materialidade

Coordenação:

Maria Helena da Cruz Coelho
Carlota Miranda Urbano
Maria Amélia Álvaro de Campos
Milton Pedro Dias Pacheco

Imagem da Capa:

SANTOS MÁRTIRES DE MARROCOS
Retábulo da Igreja do Convento de Jesus de Setúbal
Museu de Setúbal/Convento de Jesus (N.º Inv.: MSCJ 15/PR.15)
Registo fotográfico: José Pedro Aboim Borges
Propriedade: Câmara Municipal de Setúbal

Edição:

Igreja de Santa Cruz de Coimbra

Execução Gráfica:

Simões & Linhares, Lda.

Depósito legal N.º 484756/21

MÁRTIRES DE MARROCOS
NOS 800 ANOS
DO SEU MARTÍRIO

HISTÓRIA, ESPIRITUALIDADE
E MATERIALIDADE

Coordenação:

Maria Helena da Cruz Coelho
Carlota Miranda Urbano
Maria Amélia Álvaro de Campos
Milton Pedro Dias Pacheco

A DIVISÃO PAROQUIAL E OUTROS ELEMENTOS DO MAPA ECLESIAÍSTICO DE COIMBRA NO TEMPO DOS MÁRTIRES DE MARROCOS

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID | 0000-0002-3131-7356

«O tempo é um enigma tão grande como o homem»¹. Este enigma e a vontade de o decifrar desencadearam, desde o princípio da Civilização, um sem número de manifestações civis, religiosas e culturais que tiveram múltiplas formas de expressão e motivaram, e motivam ainda hoje, reflexões assentes em prismas tão multifacetados como o são a Teologia e a Ficção Científica². Esse enigma, que tem por centro o tempo e a sua continuidade, impeliu a Humanidade, desde as primeiras civilizações, a organizá-lo em calendários³ que permitiram, entre outros assuntos de natureza mais material, assinalar aniversários e efemérides como a que evocamos nesta obra.

16 de janeiro foi o dia escolhido pela Igreja Católica para assinalar o dia do martírio dos Santos Mártires de Marrocos, que padeceram no Norte de África, em 1220, e cujas relíquias terão chegado à cidade de Coimbra, ainda durante esse ano. Por entre o grupo de leigos e eclesiásticos que terão testemunhado a chegada

¹ Assim escreveu Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Dom José Tolentino de Mendonça, na Revista *E* do Semanário Expresso, de 28 de dezembro de 2019.

² Sobre a compreensão do tempo neste domínio, veja-se o filme *Lucy*, de Luc Besson, do ano de 2014.

³ Ver, entre outros, LE GOFF, Jacques [et al], *Les calendriers: leurs enjeux dans l'espace et dans le temps*. Paris: Hermann, 2016 e NASCIMENTO, Aires A. [et al] (eds.), *A imagem do tempo: livros manuscritos ocidentais: exposição, catálogo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

dos restos mortais desses mártires a esta cidade e a sua recepção no Mosteiro de Santa Cruz, encontrava-se Fernando de Bulhões⁴. Nascido em Lisboa, onde conhecera pela primeira vez o ambiente canonical, na Sé dessa cidade, e onde professara na Ordem dos Cónegos Regrantes, no Mosteiro de São Vicente de Fora, Fernando mudou-se para Coimbra ainda muito jovem e foi, precisamente, em Santa Cruz, onde estudava e aperfeiçoava a sua formação e vivência religiosa e espiritual, que foi investido de Ordens Sacras. Ao presenciar e participar nesse momento em que Coimbra recebia a prova do martírio dos cinco franciscanos, Fernando entregou-se a um estado de profunda comoção e interpelação interior e desejou seguir o exemplo daqueles homens⁵. Eles eram, na verdade, apóstolos de uma nova forma de evangelização, protagonizada pelos mendicantes⁶, difundida, com o apoio do Sumo Pontífice, em toda a Cristandade Ocidental⁷, e assente na força da educação dos fiéis e dos infiéis, pela palavra e pelo exemplo — numa pastoral necessariamente definida na proximidade com as populações⁸.

⁴ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz, Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra. In *Actas do Congresso Internacional "Pensamento e Testemunho": 8. centenário do nascimento de Santo António*. Braga: Universidade Católica Portuguesa-Família Franciscana Portuguesa, 1996 e COELHO, Maria Helena da Cruz, *Superstição, fé e milagres na Idade Média*. Coimbra: INATEL, 1995.

⁵ Ver KERVALL, L., *Sancti Antonii de Padua vitæ duæ quarum altera hucusque inédita*. Paris: Fischbacher, 1904, p. 29-30, da *Vita Sancti Antonii*, do manuscrito 74, conservado na Biblioteca Antoniana de Pádua [Consultado em 14 jan. 2020, disponível em <http://archive.org/details/sanctiantoniide01kervgoog>].

⁶ Ver VAUCHEZ, André, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 141-155.

⁷ Ao reino de Portugal, chegaram várias missivas pontificais de proteção a Dominicanos e Franciscanos, nos papados de Honório III (1216-1227), Gregório IX (1227-1241) e de Inocêncio IV (1243-1254), ver LINEHAN, Peter, *Portugalia pontificia: materials for the history of Portugal and the papacy: 1198-1417*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, doc. 152 (1221.11.16), doc. 266 (1233.06.07) e doc. 320 (1244.06.24).

⁸ Segundo Francisco da Gama Caeiro [*Santo António de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995 vol. 1, p. 102], Fernando Martins de Bulhões, ao assistir à entrada solene das relíquias dos Mártires, é surpreendido por três aspetos da vivência daquele movimento que estes representavam: a missão de pregação pelo mundo; a missão de pregação e conversão dos infiéis; o denodo com que espalhavam a doutrina de Cristo, sacrificando a sua vida e defrontando o martírio.

Como tem sido bem estudado pelos Historiadores da nossa Universidade, foi em Coimbra, e na sequência da entrada solene das relíquias, que Fernando vestiu o hábito franciscano, tomou o nome de António — em homenagem a Antão, o emblemático santo dos primeiros tempos do monaquismo cristão — e adotou uma nova forma de vida, em comunidade, preconizando a pobreza e o despojamento, à semelhança de Cristo e de Francisco de Assis⁹. Em Coimbra, Fernando se fez António, um santo português que pereceu em Itália onde também conheceu a imortalidade, sendo as suas relíquias, ainda hoje, motivo de peregrinações provenientes de todo o mundo.

Na repetição constante desse enigma que é o tempo, eis-nos oitocentos anos depois a evocar o martírio que santificou os cinco frades franciscanos e que impressionou de tal forma Fernando de Bulhões que alterou irreversivelmente a sua vida material e espiritual e o seu *cursus honorum*. Nesta evocação, interessa compreender a cidade de Coimbra, no século XIII, colocando várias questões: Que cidade encontraram os cinco frades franciscanos quando, antes de se dirigirem para Sul, aqui foram acolhidos pela corte? Que cidade acolheu as suas relíquias? Que cidade habitou Fernando, enquanto cónego de Santa Cruz, e depois enquanto frade franciscano, nos Olivais? Que cidade era esta que servia de casa às elites políticas e militares do reino ao mesmo tempo que aqui albergava os mais importantes dignitários eclesiásticos? Destas perguntas que, naturalmente, se poderiam desdobrar em tantas outras, cabe-me responder ao que diz respeito ao mapa eclesiástico e à rede paroquial de Coimbra — dimensões condicionadoras da sua identidade urbana, durante toda a Idade Média e durante uma cronologia lata que se prolonga até ao final do Antigo Regime.

Quando nas vésperas de 1220, os cinco frades franciscanos conheceram Coimbra, encontraram uma cidade que formalmente se organizara segundo os ditames de Roma, difundidos durante o longo processo a que se convencionou

⁹ VAUCHEZ, André, *Francisco de Assis: entre história e memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

chamar Reforma Gregoriana, que teve como seus principais agentes, no território nacional, em diferentes momentos, Cluniacenses, Cistercienses e Cónegos Regrantes de Santo Agostinho¹⁰. Ao longo deste processo, que os Historiadores atuais entendem ter decorrido entre a primeira metade do século XI e os inícios do século XIII¹¹, os reinos cristãos emergentes nas periferias da Cristandade, em que Portugal se inseria, foram vigiados de perto pelo papado, apoiados na sua conquista de território, colonizados por clérigos seculares e regulares do centro da Europa¹², visitados amiúde por núncios e legados papais. Na História de Portugal, pelas decisões políticas que ajudaram a tomar e apoiaram, ficaram para sempre gravadas missões de religiosos como, por exemplo, D. Guido de Vico e Jean d'Abbeville. Ao primeiro coube representar a Santa Sé, no processo de submissão direta de Afonso Henriques ao papa, que levaria à assinatura do tratado de Zamora (1139-1143)¹³. Ao segundo, coube fazer chegar e aplicar as principais deliberações dos Concílios Ecuménicos

¹⁰ Vejam-se as obras clássicas de BISHKO, Charles Julian, Count Henrique of Portugal, Cluny and the antecedents of the *Pacto Sucessório*. *Revista Portuguesa de História*. XIII (1971) 155-188; MATTOSO, José, *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002; MATTOSO, José, Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal. In *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1985, p. 101-121.

¹¹ Seguimos a organização cronológica apresentada em MAZEL, Florian, Pour une redéfinition de la réforme «grégorienne». Éléments d'introduction. In FOURNIE, Michelle ; LE BLEVEC, Daniel e MAZEL, Florian, *La réforme « grégorienne » dans le Midi, milieu XI^e - début XIII^e siècle*. Toulouse: Privat, 2013.

¹² Sobre o papel de eclesiásticos vindos de territórios franceses e o relevante papel que desempenharam, por esta altura, nas principais dioceses portuguesas, ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010, sobretudo o capítulo 2.1. Os bispos e a implantação da Reforma Gregoriana; e HENRIET, Patrick, Géraud de Braga (+1108) : la problématique *Vita* d'un moine-évêque grégorien entre Moissac et Braga. In FOURNIE, LE BLEVEC e MAZEL, *La réforme «grégorienne» dans le Midi, milieu XI^e - début XIII^e siècle...* cit., p. 81-112.

¹³ Ver MARQUES, Maria Alegria Fernandes, A viabilização de um reino. In *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à crise do século XIV*, ed. Maria Helena da Cruz Coelho [et al], 1^a ed. Lisboa: Presença, 1996, p. 23-37.

de Latrão (1123-1215), na Península Ibérica, na fase final da Reforma Gregoriana¹⁴.

Motivada pela vontade de fortalecer e fazer afirmar a primazia da autoridade papal e o estatuto da Igreja Católica como autoridade supranacional, este processo de Reforma assentou numa reformulação profunda da hierarquia e da rede eclesiástica e numa tentativa de uniformização das suas estruturas administrativas¹⁵. Princípios que não poderiam ser implementados sem que despoletassem grandes resistências nacionais e regionais que, em Coimbra, se manifestaram sobretudo pela recusa de abandono, por parte do clero local, da liturgia moçárabe, nos inícios do século XII¹⁶, durante o governo do conde D. Henrique. Tal como têm sido estudados pela historiografia portuguesa, D. Henrique da Borgonha¹⁷ e o seu filho Afonso Henriques¹⁸ afirmaram a sua estratégia política, precisamente, na capacidade de compor um equilíbrio funcional entre as vontades das populações autóctones e os desígnios externos sobre aquela que deveria ser a estrutura política e eclesiástica deste reino que se ganhava, no terreno, ao domínio almorávida e almóada.

Coimbra desempenhava um papel fundamental neste teatro político e militar, liderado pela cavalaria, e na

¹⁴ LINEHAN, Peter, A Papal Legation and Its Aftermath. Cardinal John of Abbeville in Spain and Portugal, 1228-1229. In *Historical Memory and Clerical Activity in Medieval Spain and Portugal*. Farnham [etc.]: Ashgate Variorum, 2012, p. 236-256.

¹⁵ Ver MAZEL, Florian, *L'évêque et le territoire : L'invention médiévale de l'espace*. Paris: Seuil, 2016.

¹⁶ Ver MATTOSO, José, Moçárabes. In *Fragments de uma composição medieval*. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1993, 19-34; ROSA, Maria Lurdes, A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes de Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116). In *História Religiosa de Portugal, vol. 1*, ed. Carlos Moreira Azevedo, vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000 [Consult. 12 jan. 2020, disponível em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13490>].

¹⁷ Ver VENTURA, Leontina, Coimbra Medieval: uma cidade em formação. In *Inventário do Museu Nacional Machado Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*, ed. Adília Alarcão (Lisboa: Instituto Português dos Museus, 2003), 16-29. VENTURA, Leontina, O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes. *Revista Portuguesa de História* 1, XXXVI (2003 de 2002) 89-114.

¹⁸ Ver MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

implementação de uma nova administração eclesiástica, levada a cabo pelos principais dignitários episcopais, muitos deles provenientes das grandes dioceses e dos grandes conventos cluniacenses do centro da Europa. Implantada na margem do Mondego, Coimbra¹⁹ que fora conquistada definitivamente por Fernando Magno de Leão e Castela, em 1064, assumia-se como cidade limiar — a mais meridional da conquista leonesa — em que populações cristãs/moçárabes, vindas de território meridional, se refugiavam para aqui praticarem o seu culto em liberdade. A Norte, nas regiões a que Orlando Ribeiro chamou de Portugal Atlântico²⁰, encontramos um território de forte densidade populacional e ocupação senhorial, fragmentado em núcleos populacionais de pequenas dimensões e implantação compacta; a Sul — o Portugal Mediterrânico — caracterizava-se por uma mais duradoura ocupação islâmica, um povoamento mais disperso e o desenvolvimento de cidades mais dinâmicas e complexas, do ponto de vista socioeconómico.

Na cidade de Coimbra da entrada do século XII, encontramos ressonâncias destes dois mundos vizinhos, mas distintos. Para citar só um exemplo dessas ressonâncias de uma forte presença islâmica e moçárabe, perceptíveis ainda nos dias de hoje, lembremos que a cidade conservou uma toponímia característica que, desde logo, se evidencia nos vocábulos de origem árabe que designam a Almedina — cidade alta e amuralhada — e os arrabaldes — cidade extramuros²¹. E essas ressonâncias de síntese e convivência sentem-se no tecido social, na definição do poder local²², na configuração das estruturas edificadas — de entre todas a própria Alcáçova — e na organização do mapa eclesiástico, que aqui mais interessa focar.

¹⁹ Ver ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

²⁰ Ver RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.

²¹ Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13 (2013) 157-176 [Consult. 14 jan. 2020, disponível https://doi.org/10.14195/1645-2259_13_6].

²² Ver MERÊA, Paulo, *Estudos de história de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 437-485 e 509-553.

Sendo Coimbra uma cidade episcopal desde o último período da romanização, a sua diocese terá sido restaurada pouco tempo depois da conquista leonesa, uma vez que conhecemos o seu primeiro bispo, D. Paterno, em data anterior a 1080²³. No período entre a restauração da diocese e a fundação do Mosteiro de Santa Cruz, em 1131²⁴, fora a Catedral — mãe e cabeça de toda a jurisdição diocesana —, o espaço urbano de Coimbra conhecia a influência eclesiástica de outras igrejas. Dentro da cerca, quatro igrejas zelavam pela vida espiritual de leigos e eclesiásticos: São Salvador; São João de Almedina; São Pedro; e São Cristóvão. No arrabalde, no percurso da antiga via romana que ligava o porto de *Olissipo* a *Bracara Augusta* e atravessava o rio Mondego numa ponte que se configurava sensivelmente no espaço da atual: víamos definir-se as igrejas de São Bartolomeu, de Santiago e de Santa Justa.

Os documentos para este período são escassos e não nos permitem conhecer os detalhes da história fundacional destas igrejas. Já em 1064, a igreja de São Salvador era arrolada por entre os bens pertencentes ao Mosteiro da Vacariça — um bastião do Cristianismo peninsular que terá mantido o culto mesmo durante ocupação islâmica²⁵. A igreja de São João de Almedina, por sua vez, implantava-se junto ao paço episcopal e era sobretudo uma igreja dirigida ao serviço religioso dos bispos da cidade, que, no primeiro século após a restauração da diocese, a escolheram preferencialmente, como espaço de sepultura dos seus corpos, ao ditarem as suas últimas vontades²⁶. Em 1116, a igreja de São Pedro,

²³ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz, Nos alvares da história de Coimbra – D. Sesnando e a Sé Velha. In *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria de Coimbra, p. 11-39.

²⁴ Ver MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Centro de História da Universidade, 2003, p. 112-114; GOMES, Saul António, In limine conscriptionis: *documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*. Viseu e Coimbra: Palimage e CHSC, 2007, p. 108-109.

²⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto [et al.] (eds.), *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra: edição crítica: texto integral*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999 (Doravante, citaremos esta obra pela abreviatura LP), doc. 73 (1064).

²⁶ LP, doc. 61 (1116.3.19).

tal como a igreja de São Bartolomeu, no subúrbio, incorporavam o conjunto de bens que o bispo D. Gonçalo entregava ao Mosteiro do Lorvão, com vista à restauração desta importante comunidade de clero regular, no centro de Portugal. Por sua vez, São Cristóvão surge na documentação de Coimbra a partir dos inícios do século XII e, desde cerca de 1138, data inscrita na sepultura de Maria Anaia²⁷, recebia prolíferas doações desta família que, proveniente das Astúrias, ficaria ligada à elite eclesiástica e dirigente desta cidade e do futuro reino.

No arrabalde, a igreja de São Bartolomeu é reconhecida, na documentação de Coimbra, desde 957, ano em que o presbítero Samuel a doou ao Mosteiro do Lorvão — instituição que deterá parte dos direitos de padroado nessa igreja, até, pelo menos, à Baixa Idade Média²⁸. Seguindo para Norte pelo traçado da já referida via romana, no alinhamento da porta principal da muralha da cidade, encontramos a igreja de Santiago que pertencia ao padroado da Catedral de Santiago de Compostela²⁹. E mais a Norte, num espaço de feição rural, virado aos campos de Eiras e Coselhas, a igreja de Santa Justa de Coimbra. Identificada com este orago desde 1098, esta igreja foi doada cerca de 1102, pelo bispo de Coimbra D. Maurício Burdino, ao priorado cluniacense de Santa Maria da Caridade do Loire, passando assim a pertencer

²⁷ BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, v. II, t. I, n.º 76.

²⁸ GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do séc. XV*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de mestrado policopiada) e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de. *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. (Edição crítica e estudo do manuscrito)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020 [Consult. 8 jun. 2020, disponível em <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5>].

²⁹ GOMES, Saul António, Coimbra e Santiago de Compostela: aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievos, *Revista Portuguesa de História*, 34 (2000) 453-490, [Consult. 12 jan. 2020, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12729>], SANTOS, Maria José Azevedo, Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media, *Ad limina : revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones*, 9 (2018) 185-224, [Consult. 12 jan. 2020, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6555407>].

à extensa rede de priorados cluniacenses, espalhada por todo o espaço cristão³⁰.

Na entrada do século XII, o afastamento das tensões militares da conquista e da reconquista de território entre cristãos e muçulmanos devolvia uma certa acalmia à região do Mondego o que, na cidade de Coimbra, se viria a refletir no desenvolvimento do espaço extramuros, uma vez que a leitura dos documentos da época revela a fixação das populações e o aparecimento de novas ruas, nesse espaço. Quando em 1131, Afonso Henriques fixava a sua residência em Coimbra — cidade social e economicamente dinâmica, sede de um concelho com autoridade e maturidade política desde, pelo menos, 1111³¹ — os arrabaldes desta cidade denotariam, certamente, esse desenvolvimento e atratividade. E, quando em 1131, o infante portugalense patrocinava a iniciativa do arcediogo D. Telo de fundar em Coimbra um Cenóbio de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, o espaço escolhido para a sua implantação seria, precisamente, no arrabalde, a zona da Ribela, junto ao pano Norte da muralha, onde se abriria, por esse motivo, uma última porta: a Porta Nova.

A vinda de D. Afonso Henriques para Coimbra seria o motor de profundas reformulações no tecido edificado de uma cidade que interessava fazer elevar, em todas as suas dimensões, à dignidade de primeira residência do principal chefe militar e político do futuro reino³². No plano civil, a ponte³³ e a alcáçova seriam restauradas; no plano religioso, praticamente em simultâneo com a construção do Mosteiro de Santa Cruz, a Sé e todas as outras igrejas eram alvo de reconstrução segundo o

³⁰ Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro, *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 63-89.

³¹ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz, *O município de Coimbra: monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

³² Sobre estes aspetos, ver ROSSA, Walter, *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001, p. 235-423.

³³ Ver ALARCÃO, Jorge de e MADEIRA, José Luís, *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra: Ordem dos Engenheiros, 2012, p. 15-24.

estilo românico. Coimbra terá sido, por esta altura, um enorme estaleiro de obras³⁴, a que se seguiu um período de inauguração e sagração dos seus templos reedificados, que podemos balizar entre 1155³⁵, com a sagração de Santa Justa, e 1214³⁶, com a sagração de São Bartolomeu. A reestruturação arquitetónica das igrejas paroquiais terá sido o corolário, o sinal visível da reorganização e da romanização de um território recém-conquistado para a Cristandade. Com efeito, a reforma românica dos edifícios eclesiásticos da cidade submetia-os e aplicava-lhes um programa estilístico comum de carácter internacional, que ficaria para sempre associado à construção da autonomia nacional³⁷.

Estas construções configuravam as principais marcas materiais da chegada de Roma e da entrada, no nosso território, dos princípios e desígnios da Reforma Gregoriana. Mas não eram as únicas! Estabelecido em Coimbra e agraciado por um conjunto de propriedades no entorno da sua localização, o Mosteiro de Santa Cruz, vivificado por um cenóbio de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, era ele próprio um bastião dessa Reforma, neste *finis terrae* da Cristandade Ocidental. E nessa condição pugnaria por circunscrever e demarcar, na cidade, o espaço adscrito à sua paróquia — atitude que dará origem ao mais antigo registo de uma circunscrição paroquial, realizado no território que viria a configurar, mais tarde, o reino de Portugal³⁸.

Apesar de a paróquia ser uma jurisdição eclesiástica com origens no período tardo-antigo³⁹, a preocupação com a sua

³⁴ Ver ROSSA, *DiverCidade... cit.*, p. 393-396.

³⁵ Ver CAMPOS, *Cidade e Religião... cit.*, p. 31.

³⁶ Ver CAMPOS, *A comemoração dos mortos... cit.*, p. 29.

³⁷ Ver BOTELHO, Maria Leonor, *A historiografia da arquitectura da época Românica em Portugal (1870-2010)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, p. 433-456.

³⁸ Ver COSTA, Avelino de Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, p. 357.

³⁹ Ver MARQUES, José, Formas de organização do espaço na Idade Média. In JORGE, Vítor Oliveira (ed.), *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Coimbra e Porto: C.E.A. Universidade de Coimbra e Porto, 2003), 151-171, [Consult. 12 jan. 2020, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20009>].

fundação e exata definição dos seus limites só se verificaria na Idade Média central, em resultado de um processo lento e condicionado por fatores religiosos, demográficos, sociológicos e fiscais. Neste sentido, em ambiente urbano, este processo verificou-se sobretudo no momento de expansão demográfica dos séculos XII e XIII, coincidindo com a fase final da Reforma Gregoriana — a chamada «Era de ouro» do Direito Canónico, marcada pela reunião de importantes concílios e pela sistematização e aplicação das deliberações deles decorrentes⁴⁰.

Neste contexto, uma paróquia pode ser entendida como um território e uma população nele residente, sujeitos à jurisdição de um determinado templo, responsável pela administração dos sacramentos. Por estes motivos, uma igreja paroquial caracterizava-se por ter uma pia batismal, e um cemitério e, pelo serviço religioso que prestava, cabia a essa igreja o direito de recolher a dízima eclesiástica, ou seja, a décima parte do rendimento de cada paroquiano e do rendimento do solo. É, de facto, na definição destes direitos, ao longo dos séculos XII e XIII, que as preocupações com a circunscrição e a demarcação territorial se verificam.

A designação de paróquia⁴¹, consensual a todo o espaço da Igreja, conhece, desde muito cedo, um termo equivalente em Portugal⁴². Derivando de freguês, ou seja, de *filius ecclesiae*,

⁴⁰ Ver GAUDEMET, Jean, *Formation du droit canonique et gouvernement de l'Église de l'antiquité à l'âge classique*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2007, especialmente o capítulo 7, «L'élaboration du droit canonique en Occident du XI^e au XV^e siècle».

⁴¹ O vocábulo latino «parochia» tem origem grega, remetendo para a ideia de proximidade, vizinhança. Ver NIERMEYER, Jan Frederik [et al.], *Mediae Latinitatis lexicon minus: lexique latin médiéval-français/anglais = a medieval Latin-French/English dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1976 e LAUWERS, Michel, Paroisse, paroissiens et territoire. Remarques sur *parochia* dans les textes latins du Moyen Âge. *Médiévales. Langues, Textes, Histoire*, 49 (2005) 11-32. [Consult. 8 mai. 2020, disponível em <https://doi.org/10.4000/medievales.1260>].

⁴² Ver MATTOSO, José, A história das paróquias em Portugal. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 37-57 e RODRIGUES, Ana Maria S. A., A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In *La Península Ibérica entre el mediterráneo y el atlántico: siglos XIII-XV: Cádiz, 1-4 de abril de 2003. Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*. Cádiz.

«freguesia» seria mesmo o termo mais usado na documentação em língua portuguesa e, depois, a designação utilizada para nomear as circunscrições civis correspondentes, que ainda hoje vigora. Assim, a paróquia era a primeira ou a última célula de um cosmos onde a sociedade dos fiéis era entendida como uma família, onde a Igreja é a grande Mãe e, em cada diocese ou arquidiocese, a Catedral ou Sé representava esse poder matriarcal. Em Portugal, restauradas à medida da conquista militar, as sedes de diocese — muitas vezes retomando uma dedicação anterior — seriam todas dedicadas à primeira de todas as Mães — a Virgem Santa Maria⁴³.

Na cidade de Coimbra, depois da restauração da diocese, a Sé era sem dúvida o mais importante centro de poder e provavelmente a única sede paroquial. Paulatinamente, na entrada do século XII, a documentação faz-nos chegar ecos de divisão territorial dentro da cidade, com designações como *recurrentia* — palavra derivada do verbo latino *recurrere*⁴⁴, com o significado de pertença a uma jurisdição institucional — e que, neste contexto, se referiria certamente à circunscrição paroquial. Em 1119, um documento do Mosteiro de São Jorge, transcrito e publicado por João da Cunha Matos⁴⁵, identifica uma casa como sendo localizada na *recorrentia Sancti Christophori*. Mais tarde, o termo *collatione*, derivado de *collatio*, ou seja, recolha de um direito ou tributo, surgiria também para designar esses espaços jurisdicionais com atributos fiscais, dentro da cidade⁴⁶.

Apesar de as fontes serem extraordinariamente lacónicas a este propósito, julgamos que na entrada do século XII, haveria já uma divisão do espaço urbano pelas igrejas da cidade, ligadas

Madrid: Diputación de Cádiz, Servicio de Publicaciones; Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, p. 74-84.

⁴³ Ver COSTA, Avelino de Jesus da, A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média. *Lusitania Sacra*, 2 (1957) 7-49, [Consult. 2 mar. 2020, disponível em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4967>].

⁴⁴ Ver NIERMEYER, *Mediae Latinitatis lexicon minus... cit.*, s.v. «recurrere»: to belong to the jurisdiction of an authority, an institution.

⁴⁵ Ver MATOS, João da Cunha, *A colegiada de São Cristóvão de Coimbra (séculos XII e XIII)*. (Provas de aptidão pedagógica. Tomar: Instituto Politécnico, 1998, doc. 7.

⁴⁶ Ver NIERMEYER, *Mediae Latinitatis lexicon minus... cit.*, s.v. «collatio».

hierarquicamente à Sé e ao bispo de Coimbra, a quem deviam fidelidade, obediência e auxílio e a quem, entre outros direitos, deveriam remir parte dos rendimentos auferidos pela recolha das dízimas. Assim, não nos deve admirar que no registo da delimitação da paróquia de São João do Mosteiro de Santa Cruz, publicado por Leontina Ventura e Ana Santiago de Faria e datado criticamente por Rui de Azevedo, do ano de 1139⁴⁷, se escrevesse que esta se fazia por acordo «*inter parrochianos Sancti Jacobi et Sancte Juste*»⁴⁸. Esta é, salvo erro, a primeira vez que o termo paroquiano surge na documentação produzida em Coimbra, mas estamos certa que a divisão territorial do espaço eclesiástico já existiria anteriormente e remontaria, pelo menos, aos inícios desse século.

Fundado em 1131 e iniciada a vida comunitária em clausura dos cónegos, nos inícios de 1132, o Mosteiro de Santa Cruz seria colocado sob proteção pontifical e privilegiado com o direito de isenção diocesana, por Inocêncio II, em 1135⁴⁹. A partir dessa data, a primazia da Sé de Coimbra, dentro da cidade e em toda a diocese, seria irreversivelmente abalada. O Mosteiro de Santa Cruz, protegido pelo papa e pelo futuro monarca, e beneficiário de avultadas doações de propriedades em todo o território nacional, mas sobretudo na região centro, altera o domínio de poder e influência eclesiástica preexistente. Nesse contexto, a preocupação com a fixação por escrito dos seus direitos patrimoniais e eclesiásticos obrigaram à produção de documentos, de entre os quais destacamos aqueles especialmente relacionados com o registo da demarcação das jurisdições paroquiais e as respetivas circunscrições, quer em Coimbra, quer na região de Leiria⁵⁰.

⁴⁷ Ver VENTURA, Leontina e FARIA, Ana Santiago (eds.), *Livro Santo de Santa Cruz: cartulário do séc. XII*. Coimbra: INIC, 1990, doc 1B (1134-1137) (doravante citaremos esta obra pela abreviatura *LS*); AZEVEDO, Rui de (eds.), *Documentos medievais portugueses*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1941, v. I, t. II, doc. 172, nota XXXV.

⁴⁸ Ver *LS*, doc. 1B.

⁴⁹ Ver GOMES, In limine conscriptionis... *cit.*, p. 108-119.

⁵⁰ Ver GOMES, Saul António, Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no Priorado de Leiria nos séculos XII a XV, *Lusitania Sacra*, 4 (1992) 163-309 [Consult.

No registo da circunscrição, em 1139, é demarcado sensivelmente o espaço que seria delimitado pela cerca do mosteiro, definida por trás da igreja. Durante o século XIII, damos conta da aquisição de propriedades por parte deste mosteiro, no território que o separava do rio e onde ele vai fazer definir, paralelas à já existente Rua da Moeda, os traçados das atuais Rua da Louça e a Rua do Corvo, para assim alcançar o rio. A paróquia estendeu-se, pois, nessa direção, com a configuração destes novos traçados e do casario neles implantado. Como bem enfatizou Walter Rossa, a localização de Santa Cruz neste espaço viria cerzir dois núcleos proto urbanos: o arrabalde de Santa Justa e o arrabalde de Santiago, assim dando uma continuidade a todo o extramuros⁵¹ (FIG. 1).

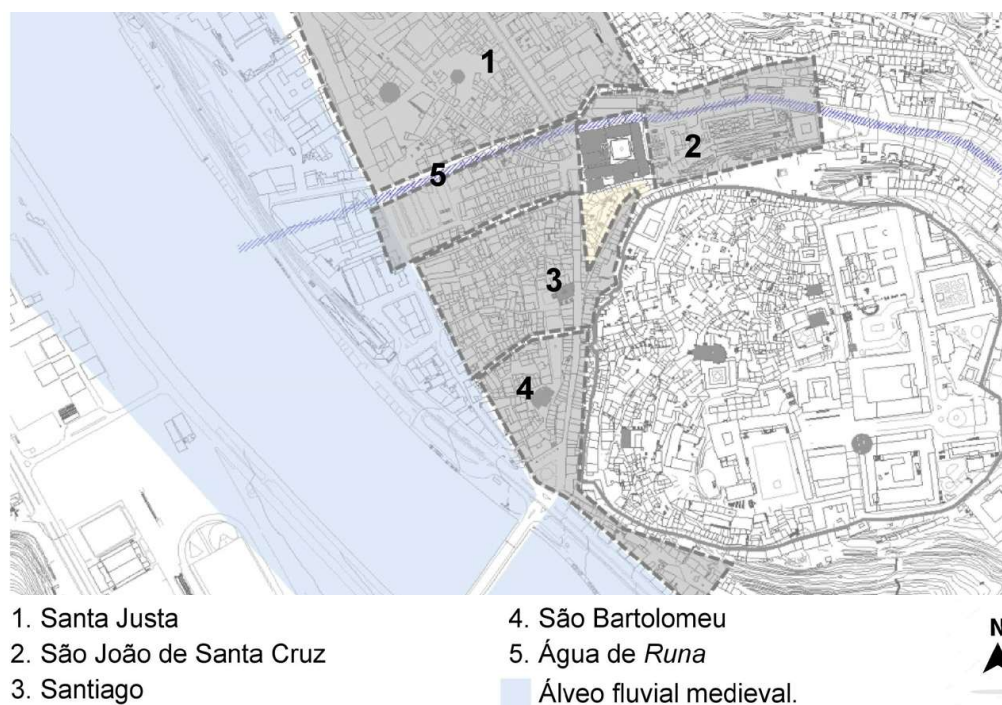


FIGURA 1:
Esquema cartográfico com uma proposta da implantação das freguesias do arrabalde de Coimbra (séculos XII-XV)⁵².

12 jan. 2020, disponível em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4869>].

⁵¹ Ver ROSSA, *DiverCidade... cit.*, p. 316-358.

⁵² Esquema cartográfico realizado sobre a imagem do último levantamento topográfico

A Norte da Runa, um curso de água que corria pelo vale da Ribela em direção ao rio, definia-se a paróquia de Santa Justa, num território quase periurbano que lhe permitirá expandir-se, para Norte, durante toda a Idade Média. Do lado Sul da paróquia adscrita ao Mosteiro de Santa Cruz, localizava-se a paróquia de Santiago, onde por esta altura se localizava a Judiaria da cidade. Ainda mais a Sul, na entrada da cidade para quem vinha da ponte, vemos delimitar-se, espartilhada entre o pano da muralha e o rio, a paróquia de São Bartolomeu. Dentro da Almedina, a divisão destas circunscrições é mais difícil de estabelecer e, de momento, é-nos impossível fazer uma proposta para a sua configuração.

As nove paróquias em que se dividiria Coimbra na entrada do século XII, permaneceriam ativas até à época contemporânea. À parte o caso da Sé e da igreja de São João, adscrita ao Mosteiro de Santa Cruz, entre os finais do século XII e os inícios do século XIII, vemos nascer em cada uma destas igrejas, comunidades de clérigos seculares que se organizarão em cabidos⁵³. Em Coimbra, de uma forma geral, esses cabidos eram encabeçados por um prior e dividiam os rendimentos de modo a proverem doze benefícios. À semelhança do modelo apostólico, cada uma destas igrejas daria cerca de treze religiosos que dividiam entre eles a *cura animarum* — o serviço das almas — da paróquia e o ofício do coro dentro da igreja. Pertencentes ao clero secular, estes clérigos não estavam obrigados à clausura, nem estavam proibidos de deter bens próprios, protagonizando assim um modelo de vida religioso intermédio de vivência comunitária em ambiente secular. Modelo este presente por toda a Europa e amplamente difundido, precisamente, nos inícios do século XIII⁵⁴.

da cidade de Coimbra.

⁵³ Ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, Les collégiales de Coimbra dans le contexte des collégiales médiévales portugaises. Typologie des institutions et organisation des chapitres (12^e-15^e s.). *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 114, 3-4 (2019) 615-644.

⁵⁴ Ver MASSONI, Anne e CAMPOS, Maria Amélia, Introduction, in MASSONI, Anne e CAMPOS, Maria Amélia (eds.), *La vie communautaire et le service à la communauté. L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc. (Europe Occidentale, du XI^e au XV^e siècle)*. Évora: publicações do CIDEHUS, 2020 [Consult. 15 mai. 2020, disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/11522>].

Em 1220, Coimbra era, pois, o exemplo da chegada e da aplicação da Reforma Gregoriana no território nacional, da divisão consciente de jurisdições administrativas de natureza eclesiástica, de fundação de canónicas regulares obedientes à Regra de Santo Agostinho, em ampla expansão no século anterior, e de organização de comunidades de clero secular nas igrejas paroquiais pré-existentes. E nas contas deste enigma que é o tempo que, só muito ao de leve, o Historiador tenta decifrar o que nele se reveste de factos, de estruturas e de relações, faz pouco mais de 800 anos que os primeiros mendicantes se instalaram em Coimbra⁵⁵.

Os primeiros franciscanos ter-se-ão instalado numa ermida dedicada a Santo Antão, num espaço marcadamente rural, no aro periurbano de Coimbra, no local onde hoje tem lugar a sede da maior freguesia da cidade. Aí residia, já antes de 1220, uma pequena comunidade de frades franciscanos, à qual se juntaria Fernando de Bulhões, daí em avante António, quando decide ingressar nesta Ordem. Localizados no aro rural da cidade, no meio urbano, estes frades gravitavam em torno do grande Mosteiro crúzio, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Essa relação de proximidade dos primeiros franciscanos de Coimbra ao Mosteiro de Santa Cruz, justifica o facto de as relíquias dos protomártires franciscanos terem sido recebidas e conservadas neste Mosteiro e não na Sé. Facto que a literatura hagiográfica fixaria pela narração da lenda do milagre de uma mula obstinada que, ao transportar os restos mortais dos mártires, teimou em não sair da porta do Mosteiro de Santa Cruz⁵⁶, até que lhe abrissem a porta e a deixassem ajoelhar-se no altar.

Em 1247, os franciscanos de Coimbra ocupavam um mosteiro

⁵⁵ Ver GOMES, Saul António, As ordens mendicantes na Coimbra medieval: notas e documentos. *Lusitania Sacra*, 2ª S. 10 (1998) 149-215 [Consult. 20 dez. 2019, disponível em <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4962>].

⁵⁶ Sobre a evolução do cultos dos Mártires na cidade de Coimbra ao longo dos tempos, ver KRUS, Luís, Celeiro e relíquias: o culto quatrocentista dos mártires de Marrocos e a devoção dos Nus. In *A construção do passado medieval: textos inéditos e publicados*. Lisboa: IEM, 2011 p. 133-149.

na margem esquerda do rio e cerca de um século depois encontramos-os a cobrar as dízimas das hortas envolventes, em detrimento dos direitos dos detentores das jurisdições anteriores — fossem eles a igreja de São Bartolomeu de Coimbra ou mesmo o cabido da Catedral⁵⁷. Desse lado do Mondego, em resultado de um processo demorado e complexo, levado a cabo no último quartel do século XIII, estabelecer-se-ia também o Mosteiro de Santa Clara, com intervenção da rainha Santa Isabel⁵⁸. Por sua vez, já desde 1226, damos conta do Mosteiro de São Domingos⁵⁹, na área do Arnado, na paróquia de Santa Justa. Infelizmente, pouco se conservou dos documentos dos primeiros tempos destes mosteiros mendicantes de Coimbra⁶⁰ e, muitas vezes, o que chegou até nós, foram nomes esparsos, atos avulsos e breves referências contidas nos arquivos das outras instituições eclesiásticas da cidade. É certo, porém, que, como acontecia nas outras espacialidades onde se fixaram, estes novos agentes da religiosidade cristã atraíam as doações dos leigos e espalhavam novas devoções. Nesta cidade de Coimbra, sabemos, por exemplo, que São Pedro Mártir de Verona, santo dominicano, canonizado em 1253, seria introduzido no calendário litúrgico das paróquias da cidade, onde era lembrado no dia da sua festa, pelo menos desde os inícios do século XIV⁶¹.

⁵⁷ Ver GUARDADO, *A Colegiada de São Bartolomeu... cit.*, doc. 51 (1357 ago. 8).

⁵⁸ Ver SANTOS, Ana Paula Figueira, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel*, vol. 1. Coimbra: Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de mestrado policopiada), p. 109-127 e MACEDO, Francisco Pato de, *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2006 (tese de doutoramento policopiada).

⁵⁹ Ver COELHO, Maria Helena da Cruz e MATOS, João José da Cunha, *O Convento Velho de S. Domingos de Coimbra: contributo para a sua história. Arquivo Histórico Dominicano Português* (1986) p. 4.

⁶⁰ Também para a região da Provença, os historiadores referem ter muita dificuldade de reunir os arquivos medievais dos conventos mendicantes: STOUFF, Louis, *Ordres mendicants et société urbaine: l'exemple d'Arles (XII^e-XV^e siècles)*. In *La ville au Moyen Âge*, vol 1, *Ville et espace*. Paris : CTHS, 1998, 145-158.

⁶¹ Pelo menos na igreja paroquial de São Bartolomeu de Coimbra, ver CAMPOS, *A Comemoração dos mortos... cit.*, p. 113.

Na entrada do século XIII, Coimbra já conhecia a divisão paroquial que manteria até à época contemporânea. A esta rede de circunscrições eclesiásticas, em que espaço e populações urbanas eram disputadas pelas pequenas igrejas paroquiais, pela Sé e pelo Mosteiro de Santa Cruz, chegaram, há cerca de 800 anos, os primeiros agentes da espiritualidade mendicante masculina e feminina. Aqui se fixaram e aqui escreveram uma história, na qual foi decisivo o apoio dado por grandes senhores e senhoras, por reis e rainhas. Essa história integraria as linhas da história da cidade e região de Coimbra, da monarquia e do reino de Portugal. Os Mártires de Marrocos, bem como António, o santo de Lisboa, de Coimbra, de Pádua e do Mundo⁶², foram atores no prólogo dessa história, protagonistas de uma memória coletiva que este ano evocamos, em que são, simultaneamente, factos e representações, atos e construções, homens e ideias de Humanidade.

Nesta reflexão sobre a rede paroquial e a evolução do mapa religioso de Coimbra, procurou-se dar a conhecer o estabelecimento da divisão eclesiástica, ao longo dos séculos XII e XIII, período de receção das diretrizes emanadas de Roma, no contexto da designada Reforma Gregoriana. Depois da fixação dessa administração eclesiástica mais rigorosa e definitiva, Coimbra recebeu as novas correntes do monaquismo europeu e acolheu novas doutrinas, devoções e exemplos de fé. No plano eclesiástico e espiritual, como em todos os outros, a cidade revelou-se um cenário vivo, aglutinador de novidade e de renovação. Porque, na verdade, o único elemento constante na realidade e na vida é, porventura, o tempo — esse enigma maior que o Homem!

⁶² É assim referido, pelo menos desde o século XVIII, ver *Industrie spirituali per ben vivere e santamente morire*. dalla Stamperia reale di Parma, 1775.